

ÁUREA PIMENTEL VIEIRA
Desembargadora. Membro do Conselho de Vitaliciamento e do Fórum
Permanente para Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado, do
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

A REFORMA DA JUSTIÇA NA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004

Editora RENOVAR

Rio de Janeiro • São Paulo Recife 2000

CATALOGAÇÃO NA FONTE

P143r Pereira, Áurea Pimentel
 A reforma da justiça na Emenda Constitucional
 45/2004 / Áurea Pimentel Pereira. — Rio de Janeiro:
 Renovar, 2006.
 184p. ; 21cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 85-7147-572-5

1. Direito processual civil — Brasil. I. Título.

CDD 346.81096

SUMÁRIO

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO. TERMOS EM QUE FOI CONCEBIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. CONSIDERAÇÕES GERAIS 1

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. ELENCO DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS: QUANDO SÃO MERECEDORES DE TRATAMENTO EQUIVALENTE AO DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS. SUBMISSÃO DO BRASIL AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, AO QUAL TENHA MANIFESTADO ADESÃO 7

PODER JUDICIÁRIO. A MISSÃO DE JULGAR. QUEM ORIGINARIAMENTE A EXERCIA. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL. O JUDICIÁRIO COMO UM DOS PODERES DA NAÇÃO. HISTÓRICO DE SUA CRIAÇÃO. TENTATIVAS ANTERIORES QUE OBJETIVARAM SUBMETTER O PODER JUDICIÁRIO A UMA REFORMA. BREVES CONSIDERAÇÕES. 11

JUIZES. RECRUTAMENTO POR MEIO DE CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO. REGRAS ESTABELECIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MAGISTRADOS E VEDAÇÕES A QUE ESTÃO SUBMETIDOS. REMOÇÃO, PERMUTA E PROMOÇÃO. CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS. PROCESSODISCIPLINAR 17

DOS JULGAMENTOS PELOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO. PUBLICIDADE. DECISÕES. EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SIGILO: SE E QUANDO DEVE SER OBSERVADO PARA A PRESERVAÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE. PROPOSTA DE CELERIDADE, NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, FEITA NA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004, EM NORMAS PROGRAMÁTICAS 37

TRIBUNAIS COM NÚMERO SUPERIOR A VINTE E CINCO JULGADORES. POSSIBILIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE ÓRGÃO ESPECIAL PARA O EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÕES ADMINISTRATIVAS E JURISDICIONAIS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PLENO. COMPOSIÇÃO. CRÍTICA AO CRITÉRIO ESTABELECIDO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004 49

PODER JUDICIÁRIO. AUTONOMIAS ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA VISTAS COMO GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. ARTIGO 99 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	55
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COMPOSIÇÃO. CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE SEUS MEMBROS. COMPETÊNCIA. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	61
SÚMULA VINCULANTE. APROVAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, APÓS REITERADAS DECISÕES SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL, REPERCUSSÃO. REVISÃO E CANCELAMENTO POR INICIATIVA DO TRIBUNAL	73
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. NATUREZA DO ÓRGÃO. COMPOSIÇÃO. INICIATIVA PARA A ESCOLHA DE SEUS MEMBROS. COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES. OUVIDORIAS DE JUSTIÇA	79
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPOSIÇÃO. CRITÉRIO PARA A ESCOLHA DE SEUS MEMBROS. COMPETÊNCIA. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	93
TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS COMPETÊNCIA: JUSTIÇA FEDERAL: DESCENTRALIZAÇÃO. JUSTIÇA ITINERANTE, COMO NOVIDADE INTRODUZIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	103
TRIBUNAIS E JUÍZES DO TRABALHO, TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. COMPOSIÇÃO. CRITÉRIO PARA ESCOLHA DE SEUS MEMBROS. COMPETÊNCIA. TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	111
TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS. PREVISÃO DE SUA EXISTÊNCIA, NA CARTA MAGNA, COMO ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ARTIGO 92, VII). JUSTIÇA ESTADUAL. ORGANIZAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS ESTABELECIDOS NA REFERIDA CARTA. COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS: DEFINIÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE CADA ESTADO. JUSTIÇA MILITAR. DESCENTRALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E JUSTIÇA ITINERANTE: PROPOSTAS FEITAS NA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	129

MINISTÉRIO PÚBLICO. SÍNTESE HISTÓRICA DE SUA ORIGEM. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. MEMBROS DO PARQUET. REQUISITOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA. GARANTIAS E VEDAÇÕES. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004	137
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES	153
ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA. FUNÇÕES VISTAS COMO ESSENCIAIS À JUSTIÇA. ADVOGADO. INVIOABILIDADE DE SEUS ATOS E MANIFESTAÇÕES NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. LIMITES. DEFENSORIA PÚBLICA. FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES. SUBMISSÃO DE SEUS INTEGRANTES ÀS REGRAS CONTIDAS NOS ARTIGOS 39, § 4º c/c 37, X e XI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUTONOMIA FUNCIONAL E ADMINISTRATIVA CONCEDIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. ADVOCACIA PÚBLICA. BREVES CONSIDERAÇÕES	161
TRIBUNAIS DE ALÇADA. EXCELÊNCIA DAS FUNÇÕES QUE DESENVOLVERAM, ENQUANTO EXISTIRAM. EXTINÇÃO DECRETADA PELO ARTIGO 4º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004. MEDIDAS QUE DEVEM SER TOMADAS, PELOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, ONDE AQUELES TRIBUNAIS MENORES EXISTIAM, PARA TORNAR EFETIVA A EXTINÇÃO NO TEXTO. CONSTITUCIONAL ORDENADA	169
BIBLIOGRAFIA.	173
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	175